



XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXII ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT-3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

O PAPEL DA CIÊNCIA NO COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE REALIDADES PERIFÉRICAS: EM FOCO A BIBLIOTECA PRISIONAL

THE ROLE OF SCIENCE IN SHARING INFORMATION ABOUT PERIPHERAL REALITIES: FOCUS ON THE PRISON LIBRARY

Adriana Isidório da Silva Zamite. UFES.

Maira Cristina Grigoletto. UFES.

Lucileide Andrade de Lima do Nascimento. UFES.

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Evidencia o papel da ciência no compartilhamento de informações acerca de usos efetivos da biblioteca prisional como espaço de interação, conhecimento e cultura. Em paralelo, salienta os documentos produzidos pelo sistema prisional, com categorias sistematizadas, para divulgar práticas socioeducativas e culturais realizadas nessas unidades. Argumenta que as bibliotecas prisionais e respectivas ações têm recebido atenção crescente em estudos brasileiros no campo da Ciência da Informação, proporcionando a circulação de informação a respeito desse dispositivo (trans) formador. Descreve resultados de estudo exploratório-descritivo, de abordagem qualitativa, operacionalizado por pesquisas bibliográfica e documental realizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e em sites do Departamento Penitenciário Nacional e do Ministério da Justiça com objetivo de demonstrar a importância das ações de mediação desenvolvidas em bibliotecas prisionais para o atendimento de reeducandos e também discutir como os canais oficiais do sistema prisional divulgam as informações sobre a realidade das atividades educativas. Como resultado constata que os documentos produzidos e divulgados pelo sistema prisional são imprecisos na representação de atividades socioeducativas e culturais, principalmente, na indicação do envolvimento das bibliotecas em planejamento, parcerias ou execução. Estima, com a análise realizada, a promoção de debates direcionados à opacidade ou ausência de dados relativos às atividades educativas de leitura nas bibliotecas prisionais e da urgência na observância das responsabilidades profissionais e éticas para a execução de procedimentos em benefício dos reeducandos.

Palavras-Chave: Biblioteca prisional. Sistema prisional. Mediação da informação.

Abstract: It highlights the role of science in sharing information about effective uses of the prison library as a space for interaction, knowledge and culture. In parallel, it highlights the documents produced by the prison system, with systematized categories, to disseminate socio-educational and cultural practices carried out in these units. It argues that prison libraries and their actions have received increasing attention in Brazilian studies in the field of Information Science, providing the circulation of information about this (trans)forming device. It describes the results of an exploratory-descriptive study, with a qualitative approach, operationalized by bibliographic and documentary research carried out in the Catalog of Theses and Dissertations of the Coordination for the



Improvement of Higher Education Personnel and on websites of the National Penitentiary Department and the Ministry of Justice in order to demonstrate the importance of mediation actions developed in prison libraries for the care of inmates and also to discuss how the official channels of the prison system disseminate information about the reality of educational activities. As a result, it appears that the documents produced and disseminated by the prison system are imprecise in the representation of socio-educational and cultural activities, mainly in the indication of the involvement of libraries in planning, partnerships or execution. Based on the analysis carried out, he estimates the promotion of debates aimed at the opacity or absence of data related to educational reading activities in prison libraries and the urgency of complying with professional and ethical responsibilities for the execution of procedures for the benefit of inmates.

Keywords: Prison library. Prison system. Information mediation.

1 INTRODUÇÃO¹

A biblioteca no estabelecimento prisional é uma importante ferramenta de gestão institucional justamente por proporcionar aos reeducandos um ambiente de leitura, lazer e trabalho, para além da punição. Este espaço é ainda um privilégio de poucos, pois um número reduzido de internos pode ter acesso a ele. Além disso, algumas unidades prisionais no país não possuem bibliotecas ou salas de leitura visto que, não é uma obrigatoriedade, conforme a Lei de Execução Penal (LEP), o estabelecimento prisional deve dotar-se de uma biblioteca dependendo da condição local (BRASIL, 1984).

A implantação da biblioteca nas unidades prisionais pode beneficiar os internos ao disponibilizar informação e proporcionar um ambiente no qual o reeducando pode remir sua pena. A instituição também beneficia-se do espaço quando amplia a oferta desse serviço, pois, conforme Sánchez *et al.* (2020), a restrição de atividades dentro e fora das penitenciárias são condições favoráveis a tensões, refletindo no aumento da ansiedade dos internos. Observando-se a potencialidade da biblioteca na estrutura organizacional dos estabelecimentos prisionais pode-se dizer que, ocupa ou deveria ocupar lugar fundamental por exercer funções socioeducativas e recreativas para os reeducandos. Contudo, são marginalizadas na maioria das unidades prisionais, algumas são subutilizadas e outras desativadas.

Após alguns anos acompanhando a realidade prisional, seja por meio da realização de atividade formativa, investigação *in loco* ou pesquisa sobre o tema, torna-se possível identificar que, em muitas localidades, não são realizados registros das atividades

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.



socioeducativas e culturais desenvolvidas pelas bibliotecas ou com seu apoio.² Quando esses são feitos as problemáticas relacionadas ao tratamento de dados e da informação dificultam a preservação, recuperação e uso eficaz. Como consequência, relatórios locais e nacionais, publicados para transparência da gestão do sistema prisional, acabam por não divulgar informações precisas sobre a condição e a atuação das bibliotecas em diversas atividades nas unidades prisionais.

A análise prévia do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), na seção de Atividades educacionais, endossou a constatação relatada e ampliou incertezas quanto à validação dessa fonte de informação como representativa da realidade que indica (BRASIL, 2021). Enfim, o que esse documento informa sobre a realidade das atividades educacionais desenvolvidas no sistema prisional? É representativo quanto a estrutura e funcionamento dos espaços institucionais que planejam e executam ações dessa natureza? Nesse sentido, é que se questiona acerca da falta de dados relativos às atividades educacionais realizadas por intermédio da leitura e/ou com o uso/suporte da biblioteca no relatório do DEPEN.

Diante desse quadro situacional relatado busca-se, neste artigo, evidenciar o papel da ciência e da divulgação científica no compartilhamento de informação acerca de usos efetivos da biblioteca prisional no Brasil como espaço de interação, conhecimento e cultura. Neste esforço analítico espera-se: demonstrar a importância das ações de mediação desenvolvidas em bibliotecas prisionais para o atendimento dos reeducandos e discutir como os canais oficiais do sistema prisional divulgam as informações sobre a realidade das atividades educativas.

Em relação aos procedimentos metodológicos, é um estudo exploratório-descritivo com abordagem qualitativa. O recorte bibliográfico específico levantado para produzir esta análise foi retirado de pesquisa bibliográfica, no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no campo da Ciência da Informação. No âmbito da pesquisa documental, para obter-se dados sobre o sistema prisional, utilizou-se *sites* do DEPEN e do Ministério da Justiça. Após a seleção dos documentos, foi elaborado planejamento para a leitura, produção do conteúdo e análise dos resultados.

² Trata-se da experiência de uma das autorias.



A estrutura do trabalho foi organizada para, em um primeiro momento, com as contribuições de Latour (2006), abordar o valor e o poder da biblioteca em processos de construção de conhecimento. A relevância e função da biblioteca em unidades prisionais foi demonstrada pelos produtos das pesquisas científicas de Monteiro (2019), Correia (2019), Fernandes (2019) e Costa (2020). Para conduzir essa explanação, aproximou-se das elaborações teórico-conceituais sobre mediação propostas por Almeida Júnior (2009), Santos Neto e Almeida Júnior (2017) e Gomes (2016; 2020). Em continuidade, foram apresentados e analisados os dados e resultados em interseção com literatura apresentada.

2 A BIBLIOTECA NO AMBIENTE PRISIONAL

A biblioteca é uma considerável instituição onde se fabrica não só o corpo, mas a alma do conhecimento, e esses lugares são muitas vezes desprezados ou pouco frequentados (LATOURE, 2006). Na concepção de Latour (2006), a biblioteca não pode ser considerada uma fortaleza isolada ou um acumulado de conhecimento, mas sim, um caminho que leva ao mundo, um lugar norteador da informação, um centro de cálculo. Para apreender tal formulação é preciso compreender que, um centro de cálculo é um conjunto de redes que associa cada inscrição ao mundo, uma produção de conhecimento que transforma as inscrições, tornando-as mensuráveis por meio de gravuras, desenhos, relatos, entre outros (LATOURE, 2006).

Neste sentido, a biblioteca é vista “[...] como o nó de uma vasta rede onde circulam não-signos, não matérias, e sim matérias tornando-se signos [...]” (LATOURE, 2006, p. 21). Torna-se um espaço benéfico e singular quando a informação acumulada circula entre os leitores que a frequenta. Neste cenário, Latour (2006) define a informação não como um signo, mas sim uma relação estabelecida entre lugares, um periférico e outro como centro, na qual circulam e transitam o conhecimento, proporcionando ao leitor uma reflexão sobre o mundo do saber e das inscrições que o sustentam. Em seu entendimento, o controle intelectual não se exerce diretamente sobre os fenômenos, mas sim, sobre as inscrições que lhe servem de veículos (LATOURE, 2006).

A biblioteca obtém um poder ou valor fundamental em processos sociais de aquisição de informação, afastando-se da premissa que a distingue como um lugar estático ou uma fortaleza intocável, ao contribuir expressamente para a disseminação da informação. Para



Latour (2006), é impossível compreender este processo sem a relação da biblioteca com os livros e os materiais que permitem a circulação e transporte dessas inscrições. Dessa forma, entende-se a mesma como uma instituição que não pode ser dispensada, por estar ligada ao leitor e ao mundo que o cerca (LATOURE, 2006). Ultrapassa, portanto, o olhar do leitor, numa tentativa de conciliar um desejo ou uma necessidade de escolher a própria leitura ou o caminho a saber sobre o mundo (JACOB, 2006). As bibliotecas, sob esse prisma, não se limitam ao mundo dos conceitos ou palavras, mas significam claramente, dispositivos de poder. Essa potencialidade pode 'vir a ser' um fator crítico pelo qual as bibliotecas, em alguns casos, são negligenciadas ou limitadas em seus usos.

Este é o caso da biblioteca no sistema prisional. Muitos estabelecimentos prisionais não possuem bibliotecas ou as que existem são pouco exploradas a partir do seu potencial (trans) formador. Para Monteiro (2019), a biblioteca prisional assume um importante papel ao oferecer aos reeducandos lazer, entretenimento, letramento e cidadania. O autor acompanhou alguns casos de pessoas que se transformaram por meio da leitura no ambiente prisional. Os estudos sobre o tema têm demonstrado que o livro e a biblioteca são dispositivos que podem transformar vidas, visto que a boa leitura proporciona um afago para o leitor, principalmente em ambientes com privação de liberdade. Esses momentos possibilitam ao reeducando construir familiaridade com os livros e com a biblioteca, pois muitos quando adentraram o sistema não tinham esse contato com essa dimensão do livro e da leitura.

Ao (re) conhecer essa realidade, enfatiza-se a necessidade de um profissional qualificado para atender e promover atividades objetivadas à transformação e ao aprendizado do reeducando. Essa mediação proporciona ao leitor, privado de liberdade, um momento construtivo e de conhecimento. Conforme Monteiro (2019), a prisão é um local que possui grande demanda informacional e, por isso, necessita da atuação de um/a bibliotecário/a como mediador/a. A prática de mediação intensifica um processo instituído de comunicação (entre biblioteca e reeducando) capaz de (re) construir saberes e conhecimentos.

Conforme argumentado por Gomes (2016, p. 99) a partir da mediação emerge uma dialogia instauradora de um ambiente de interação (a biblioteca) mobilizador de "[...] transformações e de ressignificações das informações no acesso e geração de novos saberes e conhecimentos". A mediação representa, a partir da dialogia como sua base de sustentação e na ambiência das ações da biblioteca, um processo essencial de desenvolvimento humano



no contexto prisional. Processos mediadores dialógicos significam uma potência para desvelamento do mundo: seja de autoconhecimento, de conhecimento do outro e do próprio mundo. Práticas de mediação entre biblioteca e reeducandos podem ser compreendidas como “[...] uma potência libertadora e de resgate do poder de se dar sentido a si e ao mundo”, mesmo diante da privação de liberdade do próprio corpo (GOMES, 2016, p. 100). O bibliotecário mediador coloca-se, durante as atividades que desenvolve, como um sujeito implicado e responsável (protagonista) pela formação, cuja ação (entre o sujeito que necessita de informação e a informação pertinente) o obriga a uma tomada de posição sobre o papel social e transformador do seu fazer (GOMES, 2016).

É oportuno pontuar que o conceito de mediação é aplicado, nesse momento, para indicar que as atividades mediadoras realizadas nas bibliotecas prisionais representam uma ação de interferência (ALMEIDA JÚNIOR, 2009; GOMES, 2016) e deveriam, ao menos em tese, considerar as dimensões dialógica, estética, formativa, política e ética da mediação envolvida com o cuidado e o acolhimento. Essa proposição dialoga com os entendimentos de mediação desenvolvidos por Almeida Júnior (2009), Santos Neto e Almeida Junior (2017) e por Gomes (2016; 2020). A noção de mediação implícita elaborada por Almeida Júnior (2009) representa ações de seleção, armazenamento e processamento de informações realizadas em espaços sem que haja, necessariamente, a presença do reeducando. Estas foram delimitadas por Santos Neto e Almeida Júnior (2017) como ações orientadas aos processos de formação e desenvolvimento de coleções, processamento técnico, conservação/restauração e biblioteca digital.

Podemos dizer que essas ações, sob a ótica de Latour (2006), são os agenciamentos sociais e tecnológicos focalizados na aplicação de dispositivos e artefatos de mediação para dar suporte às interfaces e interações promovidas durante o processo de mediação. Os meios, artefatos ou suportes de informação são considerados como relevantes no processo de produção de sentidos. Durante a mediação, operam como vetores, de sensibilidade e de sociabilidades, que interferem nessa produção de sentidos resultando na apropriação de informação pelos sujeitos envolvidos (GOMES, 2016).

Durante a mediação explícita, as práticas acontecem pelo inter-relacionamento para compartilhamento de experiências, saberes e conhecimentos com o usuário, de forma presencial ou virtual (ALMEIDA JÚNIOR, 2009). Para o autor, é relevante considerar nesse tipo



de mediação dois momentos processuais, por ele caracterizados como explícitos-explícitos (controláveis) ou explícitos-implícitos (incontroláveis). Os entendimentos da mediação implícita e os momentos processuais da mediação explícita são adequados ao sistema prisional que opera com o controle em sua essência, principalmente por demonstrar as responsabilidades que a mediação tem de interferir e não intervir, uma vez que a interferência busca, pela alteridade e dialogia, uma “[...] condição de ação que se realiza com o outro e não para ou sobre o outro” (GOMES, 2020, p. 11). Nas palavras de Almeida Júnior (2009, p. 93),

A mediação explícita-explícita e a mediação explícita-implícita – por falta, ainda, de denominações melhores – impediriam controle do sujeito mediador, criando condições para que a interferência [...] possa se tornar, mesmo que contrariando intenções, em manipulação.

Portanto, ao discutir-se práticas mediadoras de informação observa-se as bibliotecas antes como dispositivos e não como equipamentos porque são capazes de potencializar esse processo de mediação que pressupõe o uso de técnicas, instrumentos, suportes, recursos, agentes e processos considerados como dispositivos geradores de sentidos (PERROTTI; PIERUCCINI, 2007). Em acompanhamento a essa abordagem teórico-conceitual foram recuperadas práticas, materializadas em pesquisas científicas no Brasil, a respeito da presença das bibliotecas no cuidado aos reeducandos. Essa etapa auxiliará no processo de comprovação, (re) conhecimento e visibilidade da existência e funcionamento de bibliotecas em unidades prisionais em oposição a sua ausência em relatórios estatais.

2.1 Usos e importância da biblioteca prisional

A primeira tese desenvolvida sobre a biblioteca prisional no Brasil apresenta uma investigação de práticas informacionais relacionadas à mediação e à apropriação dos dispositivos informacionais por jovens antes e após entrarem no Centro de Detenção Provisória de Serra Azul, localizado no Estado de São Paulo (MONTEIRO, 2019). A pesquisa contou com a participação de 14 reclusos primários do Centro de Detenção, com idade entre 18 e 20 anos, que entraram na unidade nos anos de 2017 e 2018 (MONTEIRO, 2019).

Na visão de Monteiro (2019), a problemática estudada perpassa a relação do jovem recluso com as tecnologias e dispositivos informacionais. Busca também compreender o posicionamento político e cidadão desse jovem recluso e o seu lugar na dita ‘sociedade da informação’. Outros aspectos tratados pelo autor convidam à reflexão acerca da carência de



estudos sobre a temática biblioteca prisional e a necessidade de um bibliotecário nas unidades prisionais. Discorre ainda a respeito do papel transformador da biblioteca prisional, ao assumir uma função educadora, de entretenimento e lazer para os reeducandos. Para Monteiro (2019), este espaço é um instrumento de letramento e cidadania, proporcionando aos reclusos uma transformação de vida ainda dentro do ambiente prisional. A biblioteca é um dos principais dispositivos informacionais das unidades prisionais e um meio do recluso ter acesso à informação e ao conhecimento.

Em 2019 foi produzida dissertação de mestrado profissional que discute o valor da biblioteca prisional, investiga as bibliotecas prisionais nas penitenciárias de Santa Catarina e sua função no processo de reintegração social do reeducando (CORREIA, 2019). No decorrer da sua pesquisa, Correia (2019) identificou poucas publicações sobre essa temática na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. Questionou em sua pesquisa o papel social da biblioteca prisional, a eficácia do cárcere e a situação do sistema prisional brasileiro, além de atualizar a situação das bibliotecas prisionais no Estado de Santa Catarina e a atuação do bibliotecário nestes ambientes (CORREIA, 2019). O objetivo do estudo foi descrever a relevância da biblioteca prisional para a sociedade e a presença do bibliotecário nas penitenciárias de Santa Catarina.

Para isso, foram enviados questionários às onze (11) penitenciárias do Estado, mas somente seis (6) unidades participaram deste estudo, neste contexto, observou-se que todos os estabelecimentos tinham bibliotecas, mas sem bibliotecários (CORREIA, 2019). Esses dados demonstraram a ausência do cargo de bibliotecário nas unidades prisionais e a falta que este profissional faz no desenvolvimento de atividades nestes espaços de privação de liberdade. No decorrer da pesquisa, a autora relata alguns fatores críticos sobre a situação dos estabelecimentos prisionais no Brasil como: a superlotação; o encarceramento em massa de jovens negros, sem formação escolar; e o racismo institucional. Ao finalizar a pesquisa, Correia (2019) destaca a dimensão da biblioteca prisional como espaço de estudo e de informação, uma vez que as práticas de leitura são relevantes para o desenvolvimento crítico dos reclusos e estabelecimento do exercício sistemático de cidadania por meio da educação e do dispositivo biblioteca.

O Presídio Feminino de Sergipe (PREFEM-SE), foi abordado por Fernandes (2019) no mestrado profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento, que teve como objetivo



desenvolver um modelo de dinâmica cultural como incentivo à leitura para internas. A autora explica que o público feminino foi escolhido na perspectiva de aceitação da mulher no contexto social, cultural e ético para, assim, estimular o autoconhecimento e o empoderamento por intermédio da leitura e de dispositivos informacionais. Importante enfatizar a oportunidade que o desenvolvimento desse trabalho proporcionou para incentivar as internas a utilizarem a biblioteca dentro do presídio. Por isso na sua problematização, Fernandes (2019) aponta para as possibilidades de mediação cultural através de filmes para estimular a leitura das internas na biblioteca do PREFEM.

De acordo com Fernandes (2019) foi realizada uma ação com as internas leitoras e não leitoras, segmentadas em três (3) grupos com dez (10) mulheres cada. A metodologia consistiu de: a) apresentação de textos e filmes relacionados à violência doméstica, feminismo, maternidade na prisão, entre outras temáticas; rodas de conversas, debates sobre os temas e expressão das angústias através de depoimentos, falas ou por cartazes (FERNANDES, 2019). Durante o desenvolvimento das atividades, a pesquisadora percebeu a aproximação das internas com a biblioteca e relatou que as ações foram positivas, geraram discussões sobre os temas abordados, o que levou as internas que não frequentavam a biblioteca ao universo da literatura e de acolhimento (FERNANDES, 2019). A autora explica que a biblioteca pode ir além de organização e guarda, permitindo ser um espaço acolhedor, de encontros, experiências e de saberes (FERNANDES, 2019).

Na perspectiva de Fernandes (2019), além de organizar melhor o acervo, o bibliotecário na unidade prisional tem a função de desenvolver atividades culturais como saraus, contação de histórias, dentre outras atividades lúdicas que possam auxiliar na promoção da leitura e visibilidade da biblioteca. Fernandes (2019) finalizou sua pesquisa acreditando na mudança por meio do livro e da leitura, mesmo que seja pequena. Para ela, as internas podem ter uma oportunidade de mudar e assim passar para suas gerações a perspectiva da liberdade por meio da leitura.

E para finalizar os estudos sobre a biblioteca prisional, apresenta-se a dissertação da autora Amabile Costa sobre a constituição do acervo da biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis, vinculada ao Complexo Penitenciário de Florianópolis, que além de examinar o acervo da biblioteca, apresentou a realidade e as particularidades dessa unidade prisional (COSTA, 2020). A autora explica que a pesquisa ocorreu no ano de 2019 por meio de um guia



de observação e aplicação de questionário para profissionais da educação, agentes prisionais, estagiárias e supervisora da biblioteca (COSTA, 2020).

Durante a análise de dados identificou que as bibliotecas prisionais possuem particularidades e isso influencia nos seus serviços, pois algumas ações realizadas através da literatura, às vezes, não contemplam a realidade da unidade prisional, o que é gerado pela falta de uma política de desenvolvimento de coleções (COSTA, 2020). Por isso, Costa (2020) nas suas considerações finais sugere algumas ações ou políticas voltadas para as bibliotecas prisionais, são elas: a parceria da biblioteca pública com o estabelecimento prisional para que os reeducandos após saírem do sistema possam ter acesso à informação; a criação do cargo de bibliotecário no sistema prisional, no contexto Catarinense e dos Estado brasileiros; política de acesso à biblioteca; capacitação de funcionários; entre outras ações que possibilitem o desenvolvimento da biblioteca em ambientes prisionais.

Os trabalhos apresentados permitem acompanhar ações efetivas realizadas em bibliotecas prisionais e demandas por melhorias nesses ambientes de informação, as quais encontram respaldo nas elaborações teórico-conceituais do conceito de mediação da informação propostas por Almeida Júnior (2009) e Gomes (2016; 2020). Em outros termos, essas necessidades sustentam-se pela compreensão da importância de profissionais capacitados para implementação de bibliotecas prisionais com ambientes de informação propícios ao desenvolvimento de processos de mediação contemplando as dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política da informação em benefício social, cultural e educativo dos reeducandos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste estudo, considerando o objetivo geral pretendido utilizou-se a articulação de dois métodos: o exploratório e o descritivo pautados por uma abordagem qualitativa para compreensão do tema. Conforme Creswell (2016), a pesquisa qualitativa objetiva explorar e entender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a problemas sociais ou humanos, neste caso, investigar a relevância da biblioteca no ambiente prisional. A articulação entre métodos do tipo exploratório-descritiva, segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 188), “[...] têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas”.



O método exploratório-descritivo foi operacionalizado pelas pesquisas bibliográfica e documental. No primeiro momento, foi realizado o levantamento bibliográfico nos meses de março e abril de 2022 no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES na área de conhecimento da Ciência da Informação, com o termo “Biblioteca prisional” sem delimitação de ano. Recuperou-se neste processo: uma (1) tese de doutorado (MONTEIRO, 2019) e três (3) dissertações de mestrado (CORREIA, 2019; FERNANDES, 2019 e COSTA, 2020). Para obter dados sobre os estabelecimentos prisionais foi realizada a pesquisa documental, buscando-se informações nos *sites* do DEPEN e do Ministério da Justiça (BRASIL, 2021).

4 ANÁLISE DOS DADOS, RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para análise e interpretação dos resultados, utilizou-se no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias o recorte estatístico sobre as atividades educacionais realizadas nos estabelecimentos prisionais no período de julho a dezembro de 2021. O sistema utiliza as nomenclaturas Remição pelo Estudo e Esporte e Atividades Complementares (BRASIL, 2021). Neste período, os registros indicavam no Brasil a existência de, aproximadamente, 670.714 internos e internas nos regimes fechado, aberto, semiaberto, provisório, em tratamento ambulatorial e em medida de segurança (BRASIL, 2021). Conforme apresentado na Figura 1, somente 61.135 internos participaram do benefício da Remição pelo Estudo e Esporte.

Figura 1 – Dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do DEPEN em 2021.



Fonte: Brasil (2021).



O primeiro aspecto a ser analisado é a indicação da Remição pelo Estudo e Esporte que, comparativamente aos dados especificados de alfabetização, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior e cursos profissionalizantes, integra aproximadamente 18,58% da população em atividade educacional. As atividades complementares compõem, sem nenhuma especificação da natureza das ações, 54,30% dessa população atendida. Apesar do Brasil apresentar um Sistema Estatístico Nacional consolidado com um papel de destaque se comparado aos demais países da América Latina (GRACIOSO, 2003), ao observar-se a situação interna de órgãos de governo, percebe-se que ainda não compõe as práticas ou processos orientados à produção de estatísticas de qualidade, à disseminação para favorecimentos de estudos longitudinais, pesquisas acadêmicas e estudos de cenários ou dados para subsidiar a formulação de políticas.

Necessário pontuar que a Resolução nº 391, de 10 de maio de 2021, que estabelece os procedimentos para o reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas em unidades de privação de liberdade, classifica dentre essas, a Remição pela leitura como uma atividade complementar às educacionais (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2021). No entanto, conforme verificado na Figura 1, não há na representação de informações, sequer, a natureza da atividade ou o uso das bibliotecas nesses processos. À luz das questões levantadas relativas à quase invisibilidade ou opacidade de dados sobre as bibliotecas prisionais e sobre as ações de reintegração social podemos reafirmar que, o sistema prisional apresenta-se como um problema social, político, econômico e também informacional.

Diante disso, afirma-se que a estatística social, as normativas e as produções científicas são inscrições (LATOIR, 2006) que precisam ser interligadas para o (re) conhecimento de realidades periféricas, como a das bibliotecas prisionais. Nesse segundo aspecto analisado, verifica-se o papel da ciência na contribuição da disseminação de informações penitenciárias mais claras e precisas pelos órgãos competentes.

A implantação de políticas públicas no sistema prisional pode viabilizar a regulamentação de projetos voltados à remição de pena pela leitura para que os sujeitos possam ter a oportunidade de remir a pena por meios educacionais. Neste processo, a biblioteca pode ser utilizada assumindo uma função influente na construção da consciência social (GARUTTI; OLIVEIRA, 2012). Além disso, ser representada e incluída nos relatórios



publicizadas pelos veículos de disseminação de informação, considerando sua relevância e centralidade no desenvolvimento social e humano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do estudo evidenciou-se o papel da ciência no compartilhamento de informações acerca de usos efetivos da biblioteca prisional no Brasil como espaço de interação, conhecimento e cultura. As contribuições teórico-conceituais da mediação foram associadas aos agenciamentos sociais e tecnológicos bem como à aplicação de dispositivos e artefatos nos diálogos com as produções científicas da Ciência da Informação para identificar os usos e a importância das bibliotecas, percebidas como dispositivos, em ambientes prisionais. A problematização das questões sociais e informacionais na divulgação de dados sobre a realidade prisional pode ser tratada com a análise do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do DEPEN.

A intenção desta pesquisa é conhecer a importância de estudos sobre a biblioteca prisional para o campo científico da Ciência da Informação e entender a falta e/ou omissão de dados nos sítios do Governo sobre atividades ou ações realizadas nas unidades prisionais que utilizam livros ou a biblioteca. Esta falta de dados é um fator crítico para a unidade, pois não há informação do uso efetivo da biblioteca nestes levantamentos e isso pode vir a ser uma restrição para os leitores reeducandos terem acesso à informação.

Importante enfatizar que qualquer atividade realizada no sistema prisional tem acompanhamento de diferentes instâncias para que seja autorizada e efetivada. Portanto, não escapa do domínio e controle estatal. No entanto, os dados e informações produzidos para divulgação não são apresentados de forma específica, como por exemplo, detalhando a natureza das atividades complementares.

Sendo assim, como resultado indica-se a urgência de questionarmos a falta ou incompletude de dados apresentados nos documentos ou levantamentos sobre a população carcerária, principalmente as relacionadas as atividades educacionais e também na relevância de estudos sobre esta temática. Em outros termos, cabe repensar o papel da ciência no enfrentamento de ausências de dados, o que pode ser amenizado com práticas de mediação e produção documentária de qualidade.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119300>. Acesso em: 26 maio 2022.
- BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 13 jul. 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm. Acesso em: 30 abr. 2022.
- BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**: período de janeiro a junho de 2021. Brasília, 2021. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaNzFmZGFjM2ItNzQzOC00YWZkLTg5MTEtYTUyN2YxYWQ3IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MwYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 2 maio 2022.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Resolução nº 391 de 10 de maio de 2021. **Agência CNJ de notícias**, Brasília, 2021. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original12500220210511609a7d7a4f8dc.pdf>. Acesso em: 30 maio 2022.
- CORREIA, Gabriella Viroli Cavalcanti. **Remição da pena pela leitura**: a importância da biblioteca prisional. 2019. 94 f. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação) - Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8016425. Acesso em: 9 maio 2022.
- COSTA, Amabile. **Constituição do acervo da biblioteca da penitenciária masculina de Florianópolis**: um estudo de caso. 2020. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/216645>. Acesso em: 9 maio 2022.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.
- FERNANDES, Raquel Gonçalves da Silva de Araújo. **O estímulo à leitura em bibliotecas prisionais por meio do desenvolvimento de dinâmicas culturais**. 2019. 157 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento) - Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2019. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/12669>. Acesso em: 9 maio 2022.
- GARUTTI, Selson; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. A prisão e o sistema penitenciário: uma visão histórica. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PPE, 2012, Maringá. **Anais [...]**. Maringá, UEM, 2012. Disponível em:



http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2012/trabalhos/co_02/036.pdf.
Acesso em: 28 ago. 2020.

GOMES, Henriette Ferreira. Comunicação e informação: relações dúbias, complexas e intrínsecas. *In*: MORIGI, Valdir; JACKS, Nilda; GOLIN, Cida (org.). **Epistemologias, comunicação e informação**. Porto Alegre: Sulina, 2016. p. 91-107.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Inf.&Soc.**: Est., João Pessoa, v.30, n.4, p. 1-23, out./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/57047> . Acesso em: 29 maio 2022.

GRACIOSO, Luciana de Souza. Disseminação de informações estatísticas no Brasil: práticas e políticas das agências estaduais de estatística. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 69-76, maio/ago. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/MVxVhbFxFxJML7Gyg9sSdbyD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 maio 2022.

JACOB, Christian. Prefácio. *In*: BARATIN, Marc; JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. p.9-17.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. *In*: BARATIN, Marc; JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. p. 21-44.

MONTEIRO, Ciro Athayde Barros. **Informação encarcerada: o jovem da "geração internet" e a mediação e apropriação dos dispositivos informacionais no interior da prisão**. 2019. 245 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7878640. Acesso em: 2 maio 2022.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. *In*: LARA, Marilda Lopes Ginez de; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires (org.). **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Néctar, 2007. p. 47-96. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/001852077.pdf> . Acesso em: 30 maio 2022.

SÁNCHEZ, Alexandra; SIMAS, Luciana; DIJANA, Vilma; LAROUZE, Bernard. COVID-19 nas prisões: um desafio impossível para a saúde pública?, **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 36, 5, p.1-5, maio 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v36n5/1678-4464-csp-36-05-e00083520.pdf>. Acesso em: 15 maio 2022.



SANTOS NETO, João Arlindo dos; ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. O caráter implícito da mediação da informação. **Inf.&Soc.**: Est, João Pessoa, v. 27, n. 2, p. 253-263, maio/ago. 2017. DOI: 10.22478/ufpb.1809-4783.2017v27n2.29249 Acesso em: 26 maio 2022.